http://www.deusto-publicaciones.es/ud/openaccess/tuning/pdfs_tuning/tuning04.pdf

10.27.

Título:

Uma leitura dos antecedentes e quadro atual da carreira de Filología portuguesa nas Universidades Públicas espanholas

Autor/a (es/as):

Santos, João Bernardo [Universitat de València]

Resumo:

A partir da pesquisa documental, interpretação das estatísticas oficiais e análise do marco normativo, o presente trabalho tem como objetivo indicar alguns dos principais antecedentes e apresentar uma descrição sucinta da situação atual da formação em língua portuguesa e cultura dos povos lusófonos, fazendo referência ao curso de graduação em letras na especialidade de português – denominado *filología portuguesa*, em castelhano –, em algumas universidades espanholas, entre elas as de Barcelona, Granada, Santiago de Compostela, Extremadura e Salamanca, com ênfase especial nas duas últimas, além das iniciativas governamentais levadas a cabo, tais como a relevante contribuição de instituições públicas como o Instituto Camões ou o Centro de Estudios Brasileños da Universidad de Salamanca.

Da mesma forma, dado que vivemos uma crise econômica e social – que, como bem se sabe e assim vaticinam os especialistas, vai ser muito dura (dura e duradoura) –, convém refletir sobre a situação do ensino de língua e literatura dos povos lusófonos no sistema universitário espanhol e preparar-se para o futuro, já que, sob o ponto de vista econômico, esta crise se concreta no trabalho (ou, melhor dito, em sua perda). Também se somam a este quadro as reformas no sistema educativo universitário, e especialmente aquelas decorrentes da aplicação do Plano Bolonha no currículo de língua e literatura estrangeiras, exigindo dos futuros professores ainda mais competências, flexibilidade e capacidade de adaptação a novos padrões de ensino.

Palavras-chave:

Letras na especialidade de português, *filología portuguesa*, português como língua estrangeira, formação do professorado, ensino universitário espanhol, normativa e reformas do sistema universitário espanhol.

Introdução e marco histórico

Na Espanha, a carreira universitária de quatro ou cinco anos de duração que corresponderia ao curso superior de bacharelado em letras na especialidade de português, nos moldes da Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB), denomina-se *filología portuguesa* – portanto, para fazer referência a esta, utilizar-se-á aqui o termo calcado do espanhol –. Assim, com esta denominação, foi criada há pouco mais de duas décadas, concretamente a partir da publicação do Real Decreto (RD) 1444/1990 de 26 de outubro, publicado no BOE nº 278 de 20 de novembro de 1990, pelo qual se estabelece o título universitário oficial de *licenciado en filología portuguesa*, seguindo as diretrizes ajustadas à criação das titulações vigentes ainda hoje e que se extinguirão progressivamente até 2015 com a aplicação do RD 1393/2007, de 29 de outubro, pelo qual se estabelece a ordenação do ensino universitário oficial e desenvolve a estrutura do mesmo de acordo com as linhas gerais decorrentes do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES).

No entanto, até meados dos anos 80 algumas disciplinas de língua portuguesa, literatura, e inclusive cultura dos países lusófonos, chegaram a fazer parte da formação universitária na Espanha, porém eram oferecidas somente por poucas universidades – e, entre elas, a de Barcelona, Complutense de Madrid, Oviedo, Granada, Santigado de Compostela, Salamanca – como componentes complementares ou agrupados em bloco com áreas afins, normalmente sob a denominação de *filologías románicas* e, posteriormente, *filología hispánica*. Contudo, já existiam na maioria das universidades que ofereciam o curso de letras, na primeira metade do século XX, as especialidades em determinadas áreas filológicas, primeiro o inglês, o francês, o alemão e, posteriormente, em 1955, também o italiano.

Assim, durante os anos 50, alguns idiomas – o português entre eles – não incluídos entre estas especialidades vincularam-se a uma licenciatura com componentes comuns, organizada em uma estrutura curricular de dois anos de estudos gerais e três de especialização. Portanto, o português teria nesta organização uma dedicação menos favorecida em comparação com, por exemplo, o francês, considerado então ensino obrigatório.

Segundo o *Informe de autoevaluación de la titulación en filología portuguesa*, do Programa Institucional de Qualidade da Universidad de Salamanca, a partir da criação das licenciaturas especializadas em línguas modernas, "sentiu-se a necessidade de abrir espaço à *filología hispânica*", e partir daí o ensino das diferentes línguas latinas foi desvinculando-se gradualmente da vertente de *filología románica*:

> *Al crearse licenciaturas especializadas en Lenguas Modernas […] se sintió la necesidad de disponer de Licenciaturas en Español, comunmente llamadas de Filología Hispánica, por lo que poco a poco las enseñanzas de lenguas románicas fueron*

> *desgajándose del primitivo tronco común de Filología Románica. Con ello, el Portugués (sin contar en ninguna Universidad del Estado con licenciatura propia, por más que se hubiese solicitado en las Sesiones Plenarias de la Comisión Mixta para la aplicación del Tratado Cultural entre Portugal y España, desde la celebrada en noviembre de 1971), fue quedando cada vez más discriminado, manteniéndose en algunos casos —apoyado en el Gallego o sustituyéndolo— en las nuevas Licenciaturas en Filología Hispánica, y siempre en las pocas sobrevivientes de Filología Románica, reducido a los dos años finales de la titulación. (USAL, 2000:4) (grifo do autor)*

No que se refere à organização destas especialidades de ensino superior espanhol, com a reforma estrutural de l977 (Ordem de 13 de junho de 1977 sobre diretrizes para elaboração das grades curriculares das escolas universitárias, derrogada a 03 de janeiro de 1988), os antigos cursos comuns de dois anos da estrutura anterior passaram a um primeiro ciclo de três anos, recebendo o nome de *diplomatura*, com o qual se conferia especial consideração às línguas modernas. Deste modo, três universidades – a de Salamanca, a Complutense de Madrid e a de Granada – introduziram, entre suas titulações, a *diplomatura* em português, suprimindo-se, em princípio, as desigualdades com relação ao francês, o alemão e o italiano, ao conferir-lhe a mesma estrutura de três anos de ensino de língua mais um de literatura, quando o português era escolhido pelos alunos como especialidade fundamental, isto é, como primeira língua; e só dois anos de língua quando o escolhiam como segunda língua.

Apesar de sua curta vigência (de 1977 a 1988), a *diplomatura de portugués* do primeiro ciclo abriria caminhos para a criação de uma licenciatura em *filología portuguesa* no segundo ciclo que, no entanto, só chegou a implantar-se oficialmente com o modelo curricular da década de noventa, tal como se indicou no início.

Daí que, até recentemente, a língua portuguesa e a sua literatura não conseguiram desvincular-se, no segundo ciclo, do regime de disciplinas optativas das licenciaturas de *filología hispánica* ou *filología románica* e, inclusive, em alguns casos, ao longo dos anos 80, junto com o francês e o italiano, tanto na Universidad de Salamanca, como na de Madrid ou Granada e, de forma geral, em praticamente todas as outras universidades espanholas que mantiveram ou restauraram a especialidade de *románicas* da antiga estrutura, com as duas únicas exceções da universidade de Santiago de Compostela e a de Barcelona.

Foi neste contexto que, para garantir a necessária coerência e homogeneidade do modelo acadêmico universitário espanhol, uma vez organizada a reforma acadêmica universitária por meio das previsões contidas no RD 1497/1987 e para a adequação das diretrizes gerais próprias ao marco estabelecido pelo mesmo, foram promulgados os RDs nº 1433 a 1445/1990, de 26 de

outubro, publicados no BOE nº 278 de 20/11/1990, que estabeleceram as carreiras da área de filologia com seus respectivos conteúdos e estudos necessários para o acesso e obtenção dos títulos oficiais de filologias específicas: alemã, árabe, catalã, clássica, francesa, galega, hebraica, inglesa, italiana, portuguesa e românica.

No que mais interessa ao presente estudo, foi a partir do RD nº 1444/1990 que se estabeleceram, pela primeira vez na Espanha, o título oficial de *licenciado en filología portuguesa*, as diretrizes gerais próprias da grade curricular e os requisitos para a obtenção de tal título.

Desde então foram criando-se progressivamente as poucas unidades específicas, departamentos e subdepartamentos, que ofereceriam a especialidade de português. Porém, antes de avançar, convém recuperar mais alguns antecedentes: em 1978 criara-se o Departamento de Português da Universidad de Salamanca, o único desta natureza entre as universidades espanholas naquele momento. No entanto, por contar com um número reduzido de professores, não conseguiu, por aplicação da Lei Orgânica 11/1983 (também denominada Lei da Reforma Universitária, LRU), manter-se como departamento autônomo (por imperativo legal deveria ter pelo menos 12 docentes e naquele momento tinha somente 4), integrando-se assim, desde abril de 1987, no Departamento de Filologia Moderna, no qual permanece até hoje como uma das suas principais áreas (USAL, 2000: 6). Do mesmo modo, sucederam-lhe, entre outros: na Universidad de Santiago de Compostela, o Departamento de Filologia Galega, constituído pelas áreas de conhecimento de filologias galega e portuguesa, filologia românica e filologia catalã, com responsabilidades na docência nas carreiras de *filología gallega*, *filología portuguesa* e *filología románica* da Faculdade de Filologia; na Universitat de Barcelona, o subdepartamento de filologias galega e portuguesa, que permanece vinculado ao Departamento de Filologia Românica da Faculdade de Filologia; na Universidad de Granada, o Departamento de Filologias: Românica, Italiana, Galego-Portuguesa e Catalã, com docência na Faculdade de Filosofia e Letras e na Faculdade de Tradução e Interpretação; e na Universidad de Extremadura, a área de português do Departamento de Filologia Hispânica e de Linguística Geral.

Quanto aos cursos ministrados por tais instituições, no que se refere às disciplinas desenvolvidas a partir da grade curricular, é importante destacar que, em um primeiro momento, permaneceram mais vinculados ao ensino da língua, literatura e cultura de Portugal, deixando um espaço muito reduzido ao estudo dos demais países de expressão em língua portuguesa, mantendo, teoricamente, a estrutura prevista no anexo ao RD 1444/1990, de cinco anos de formação divididos em dois ciclos: no primeiro ciclo, os componentes de língua portuguesa abordariam, em geral, tal como reza o texto normativo, a teoria e prática da língua portuguesa, enquanto que os de literatura contemplariam o estudo histórico, filológico das principais etapas,

movimentos, autores e obras da literatura portuguesa; quanto ao segundo, ciclo dedicar-se-ia ao estudo da gramática portuguesa, da história e cultura portuguesas, e da literatura portuguesa.

Portanto, já no próprio RD 1444/1990, não se verifica nenhuma referência expressa ao estudo das variantes linguísticas ou às literaturas e culturas dos demais países de expressão em língua portuguesa, pois o termo "literatura portuguesa", entendido em sentido estrito, diz respeito à literatura de Portugal e excluiria a dos demais países lusófonos, do mesmo modo que seriam excludentes os termos "história e cultura portuguesas". Porém, convém observar que a normativa trata de estabelecer diretrizes gerais, e não prescrições específicas para o desenvolvimento da grade curricular.

De fato, cabe notar o quão reiterativo é o RD 1444/1990 quanto à referência a "diretrizes gerais", que aparece indicada várias vezes já em sua introdução à parte dispositiva. Portanto, parece ser que, pela inobservância deste aspecto geral e, ao contrário, interpretando-o como específico ao âmbito de Portugal, o ensino da literatura e da cultura brasileira, assim como dos países africanos lusófonos, teria ainda mais barreiras por superar para poder chegar às aulas universitárias espanholas na especialidade de *filología portuguesa*, limitando-se, em muitos casos, a disciplinas optativas que foram integrando-se com grandes dificuldades ao currículo, assim como créditos de livre opção oferecidos pelos departamentos, mas sem a mesma homogeneidade e obrigatoriedade das disciplinas contempladas na estrutura curricular obrigatória.

Por outro lado, excetuando-se tais componentes variáveis, ao estudar os currículos do período compreendido desde muito antes da publicação do RD 1444/1990 até a atualidade, mesmo um especialista poderia encontrar dificuldades para determinar a que momento concreto corresponde, de forma que não seria estranho pensar que, se não são iguais, são pelo menos ideologicamente muito parecidos e, dado que os RDs também são discursos – e, portanto, passíveis da subjetividade leitora –, não é responsabilidade exclusiva dos legisladores que a leitura dos currículos se limite com frequência à estrita prescrição de conteúdos, senão que também desempenham um papel importante em tal interpretação todos os agentes implicados no processo neste nível educativo.

Assim sendo, cabe recuperar as reflexões do professor e grande estudioso do currículo, Gimeno Sacristán (Madri:1988), quando afirma que currículo, no sentido mais amplo, é algo que vai adquirindo forma e significado educativo enquanto passa por um processo de transformação em um âmbito de atividades práticas:

> *La calidad de la educación y de la enseñanza tienen mucho que ver con el tipo de cultura que en ella se desarrolla, que obviamente cobra significado educativo a través*

> *de las prácticas y códigos que la traducen en procesos de aprendizaje para los alumnos. No valen renovaciones de contenidos sin cambios de procedimientos, ni tiene sentido una fijación en procesos educativos sin contenidos de cultura. La pedagogía tiene que rescatar en su discurso los contenidos de cultura para relativizar las formas, una vez que también hemos hecho lo mismo con los contenidos escolares… La práctica escolar que podemos observar en un momento histórico tiene mucho que ver con los usos, tradiciones, técnicas y perspectivas dominantes en torno a la realidad del curriculum en un sistema educativo determinado. (Sacristán, 1988: 124)*

Na concepção de Sacristán, a realidade curricular e as condições de desenvolvimento não podem entender-se de outra maneira senão conjuntamente. Daí que um currículo também seja parte integrante de um processo, uma ação em movimento que se vai estendendo em determinado tempo e espaço, transformando-se enquanto se refletem, ao mesmo tempo, as transformações que ocorrem na realidade. Uma pena que muitos centros universitários não foram capazes de entender esta dimensão mais aberta e de processo em transformação no momento de aplicar as prescrições normativas ou, pelo menos, de dosar as ênfases e as ausências da estrutura prevista no RD 1444/1990.

Assim, as literaturas brasileiras e africanas de língua portuguesa foram relegadas ao silêncio quase absoluto até o período compreendido entre finais dos anos 90 e o início da década passada, quando surgiram novas propostas curriculares nas quais se incluíam no currículo obrigatório, ainda que como parte minoritária – somente três disciplinas: duas de literatura brasileira e uma de literaturas africanas –, tal como se verifica, por exemplo, na Resolução de 9 de outubro de 2000[68], da Universidad de Granada, pela qual se ordena a publicação da adequação do currículo de *licenciado en filología portuguesa*, que se ministrava na Faculdade de Filosofia e Letras.

Porém também tiveram uma vida curta, já que, pouco depois, o processo de Bolonha, iniciado a partir da declaração assinada nesta cidade em 1999 pelos ministros de educação de diversos países, viria a dar o golpe de misericórdia no desenvolvimento destas disciplinas e, em princípio, na esperança de uma reestruturação mais equitativa e incorporação das mesmas no currículo da carreira de *filología portuguesa,* determinando sua extinção definitiva, do mesmo modo que a das demais licenciaturas, até o dia 30 de setembro de 2015, por aplicação do RD 1393/2007, de 29 de outubro, pelo qual se estabelece a ordenação do ensino universitário oficial e desenvolve a estrutura do mesmo de acordo com as linhas gerais decorrentes do EEES e de

---

[68] BOE-A-2000-20543, retirado em junho, 24, 2012, de http://www.boe.es/boe/dias/2000/11/13/pdfs/A39511-39515.pdf

acordo com o previsto no artigo 37 da Lei Orgânica espanhola de Universidades.

Surgem então os novos títulos de *graduado*, que na maioria das carreiras organiza-se em uma estrutura de 4 anos letivos que incluem 240 ECTS, *European Credit Transfer and Accumulation System* – Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos –. Evidentemente, ao suprimir-se um ano de formação, este novo sistema implica na eliminação ou fusão de disciplinas e conteúdos contemplados na estrutura anterior, além de dar lugar a uma redução do próprio número de títulos oferecidos pelas universidades, com a recomendação de prescindir das carreiras com pouca procura entre os estudantes e sem interesse estratégico para as universidades, ao que procederam a realizar majoritariamente em observância a critérios estatísticos.

E novamente uma interpretação literal das diretrizes normativas poderia ter consequências nefastas no que diz respeito à formação universitária na especialidade de português, já que antes de tomar os dados estatísticos como critério único para proceder a tal remodelação, talvez fosse mais oportuno estabelecer titulações prioritárias por razões históricas, de relevância no âmbito mundial, por prestígio ou por serem únicas no território espanhol, entre outros critérios. Mas, o que isso poderia significar para a formação em *filología portuguesa* na Espanha?

Para aprofundar nesta discussão, novamente se recupera o histórico normativo com o objetivo de assinalar que, paralelamente à publicação do RD 1393/2007, de 29 de outubro, e no mesmo momento da implantação da nova estrutura de *graduado*, ao longo de toda a geografia espanhola ainda era possível encontrar uma oferta relativamente variada quanto ao número de centros que ofereciam as licenciaturas em *filología* (em suas várias especialidades). No entanto, constatou-se que o número de centros universitários nos quais se oferecia a licenciatura em *filología portuguesa* continuava refletindo a mesma posição inicial de defasagem com relação às demais especialidades. Enquanto a especialidade de *filología inglesa* era oferecida em quase 60 centros universitários espanhóis; *filología francesa* em 32; alemã em 15; árabe em 13… a *filología portuguesa*, no melhor dos casos, oferecia-se então em apenas 5 centros[69]: a Faculdade de Filologia da Universitat de Barcelona, a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad de Extremadura, a Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, a Faculdade de Filologia e Letras da Universidad de Granada, e a Faculdade de Filologia da Universidad de Salamanca. Estes dados indicam um claro estancamento da especialidade, ou inclusive um retrocesso, se se centra a análise na área de estudos brasileiros no ensino

[69] Dados retirados em junho, 24, 2012, de: http://www.educacion.gob.es/educacion/universidades/educacion-superior-universitaria/que-estudiar-donde.html. (Consulta às 12:30 h, critérios: "por titulación" em "todo el territorio nacional").

universitário.

Ilustrando a questão, o jornal *El país* publicava, em fevereiro de 2009, um artigo cujo subtítulo afirmava que o sistema universitário espanhol oferecia 40.000 vagas a mais das que são ocupadas pelos alunos de nova incorporação[70]. A notícia traz a impactante foto de uma professora que leciona em uma sala de aula, aparentemente de grandes dimensões, que estaria completamente vazia se não fosse pela presença de uma única aluna do curso de *filología románica* da Universidade de Santiago de Compostela. O texto também inclui uma lista na qual se citam estatísticas a respeito. À cabeça desta lista está a especialidade de *filología portuguesa*, com o total de 87% de vagas sem ocupar. De fato, inclusive prescindido do sensacionalismo que poderia incidir na publicação desta notícia, trata-se de um dado alarmante, sobretudo ao comprovar-se que é certo, e inclusive no ano anterior teria sido ainda pior, tal como revelam os informes do Ministerio de Educación, Cultura y Deporte da Espanha sobre a distribuição de alunos no ensino universitário em centros públicos, relativa aos anos 2006-2007 e 2007-2008; segundo os informes, a carreira de *filología portuguesa* teria preenchido só 5% do total de vagas destinadas à incorporação de novos alunos neste primeiro período, e 13% no segundo.

Quanto ao total de alunos matriculados no ano letivo 2007-2008, havia somente 92 estudantes na carreira de *filología portuguesa* (entre as 5 universidades que a oferecem); um número igualmente chamativo se comparado com o total de matriculados em outras carreiras de Humanas e, especialmente, com relação aos matriculados nas outras especialidades filológicas: 15.681 alunos em inglês, 9291 em hispânica, 1708 em francês, 1171 em catalão, 1290 em clássica, 734 em árabe, 697 em alemão.

Deste mesmo total de 92 alunos em todo o país, quanto ao sexo, há 34 homens e 58 mulheres que representam, portanto, a maioria na carreira. E, quanto à idade, 15 matriculados têm entre 18 a 21 anos, 21 matriculados entre 22 a 25 anos, 26 entre 26 a 30 anos, e 30 com mais de 30 anos.

Quanto ao número de matriculados por universidades, 38 estão matriculados no curso ministrado na Universidad de Extremadura, 24 na Universidad de Santiago de Compostela, 21 na Universidad de Salamanca, 6 na Universidad de Barcelona, e 3 na Universidad de Granada.

Também são muito significativos os dados referentes aos anos seguintes, 2008-2009 e 2009-2010, nos quais se preencheu, respectivamente, 18% e 7% do total de vagas oferecidas.

Deste modo, à luz do RD 1393/2007, cuja aplicação dá origem aos novos títulos de *graduado* e

---

[70] El pais/EFE, Madrid: *Medio centenar de carreras tienen vacante el 40% de las nuevas plazas*. Seção: Sociedad, 9/02/2009, p. 35.

à extinção progressiva das licenciaturas, poder-se-ia explicar tanto a escassez da procura pela carreira de *filología portuguesa* nos últimos anos como a diminuição sucessiva do número de vagas de nova incorporação: em 2006-07 ofereceram-se 137 vagas, em 2007-08 este número reduziu-se a 75 vagas, em 2008-09 passou a 45, até chegar a 15 no ano letivo de 2009-10. Porém, esta não seria a única explicação e nem mesmo teria muito sentido considerá-la sem uma contextualização no âmbito das relações históricas, políticas, econômicas e socioculturais entre a Espanha e os países lusófonos, não obstante às iniciativas levadas a cabo para a promoção da lusofonia, que até então parece relegada a um espaço muito aquém do que merece pela contribuição que, por seus mais de 270.000.000 falantes (Cf. Herles, 2009), pode trazer não só ao âmbito universitário espanhol mas ao conhecimento universal.

Por outro lado, mesmo sem contar com informações definitivas a respeito da criação dos novos cursos de *graduado*, por tratar-se exatamente de uma estruturação muito recente e que ainda está em processo de elaboração em algumas universidades, os dados coletados na presente pesquisa sugerem uma projeção descendente do número total de centros que oferecem formação superior específica em *filología portuguesa*, indicando uma diminuição de 60%, ou seja, com a aplicação do RD 1393/2007, passou a oferecer-se somente em 2 centros espanhóis: a Universidad de Salamanca e a de Extremadura. Contudo, é preciso ressaltar que o português continua subsistindo em formações mais genéricas em outras universidades, articulando-se com outras línguas e literaturas, com as quais formaria uma carreira de línguas e literaturas modernas ou hispânicas. Neste tipo de carreira é obrigatório o estudo de, pelo menos, dois idiomas, como na proposta da Universidad de Barcelona, na qual se estuda cada idioma com a respectiva literatura na proporção de 50%. No entanto, também há outras propostas, como a da Universidad de Extremadura, como se descreverá a seguir, na qual existe uma área maior e outra menor, de maneira que se estuda de forma mais profunda uma língua que a outra.

Novas perspectivas após Bolonha

Dado que o presente trabalho procura investigar sobre a formação na especialidade de *filología portuguesa*, detalham-se a seguir os únicos dois cursos existentes atualmente, nos quais se ministra formação específica ou que, pelo menos, têm como parte principal a língua, a cultura e a literatura dos países de expressão em língua portuguesa.

Com o curso de *Graduado en estudios portugueses y brasileños* (grade de 2011), a Universidad de Salamanca novamente se posiciona na vanguarda dos estudos lusófonos na Espanha, precedida somente pela Universidad de Extremadura, ainda que, tal como se afirmou, nesta última a formação em português realiza-se conjuntamente com outras línguas modernas, em seu

título de *Graduado en lenguas y literaturas modernas* (grade de 2009).

O curso da Universidad de Extremadura engloba o estudo de línguas modernas como o inglês, francês, italiano, alemão, árabe ou português, permitindo-se optar por uma delas como especialidade. A especialidade de português tem como objetivo formar profissionais com conhecimento dos estudos portugueses e lusófonos, assim como em um segundo idioma estrangeiro, proporcionando-lhes também uma formação humanística geral.

Compreende 240 ECTS (4 anos), e a estrutura da grade curricular (Universidad de Extremadura, 2009: 40-41) (ou *plano de estudios*, em castelhano) organiza-se em módulos, dispostos da seguinte maneira:

- 60 ECTS de formação básica geral, com 7 blocos diferentes que incluem estudos de língua, literatura e história da Espanha, latim, filosofia e segundo idioma;
- 30 ECTS de fundamentos linguísticos, com 4 blocos diferentes que incluem língua e literatura espanhola, linguística, latim e teoria da literatura;
- 30 ECTS de língua portuguesa inicial, com 2 blocos que incluem: teoria literária, língua portuguesa I a IV e literatura portuguesa dos séculos XX e XXI;
- 30 ECTS de português avançado, com 2 blocos que incluem: língua portuguesa V a VIII e gramática portuguesa;
- 24 ECTS de culturas e literaturas, com 2 blocos que incluem: estudos portugueses e TICs, literatura portuguesa II e III dos séculos XVIII-XIX e XII-VII, literaturas lusófonas;
- 18 ECTS de segundo idioma e literaturas comparadas, com 2 blocos com as respectivas disciplinas;
- 12 ECTS de formação profissional, com dois blocos que incluem: tradução e metodologia do ensino do português;
- 90 ECTS de componentes optativos, organizados em três blocos que incluem: especialização em línguas e literaturas modernas (a língua portuguesa na história, culturas portuguesa e lusófonas, história e cultura galegas, segundo idioma e literatura, estudos sobre tradução e, por último, o estágio), estudos linguísticos (linguística aplicada ao ensino), e especialização em estudos franceses;
- 6 ECTS de trabalho de fim de curso.

Deste modo, observa-se que os componentes dedicados à abordagem da literatura, cultura e história dos povos de expressão em língua portuguesa, à parte de Portugal, continuam tendo um espaço muito limitado na grade curricular da nova titulação de *graduado*, estando previstos de forma especial e expressa somente em 2 dos 9 blocos.

Por outro lado, o título de *Graduado en estudios portugueses y brasileños* da Universidad de Salamanca, que também dá continuidade à licenciatura em *filología portuguesa*, apresenta um currículo mais atualizado, com muito mais espaço para a compreensão da língua portuguesa em seus mais diversos âmbitos, seja em Portugal, no Brasil como nos demais países de expressão em língua portuguesa.

Segundo a apresentação realizada pela Área de Filologia Galega e Portuguesa da Universidad de Salamanca, o título de *Graduada/o en estudios portugueses y brasileños* está orientado à "formação de competências e discursos mediadores de grande valor para a compreensão do mundo atual, como é o caso dos estudos culturais, da literatura comparada, dos estudos interartísticos e dos estudos pós-coloniais" (USAL, 2010), capacitando para o exercício de atividades profissionais no campo do ensino da língua portuguesa, da tradução e interpretação, da crítica literária e da correção de textos, e proporcionando, igualmente, formação adicional em segundas e terceiras línguas.

Assim, já na apresentação observam-se algumas semelhanças com o título oferecido pela Universidad de Extremadura, especialmente pela possibilidade de compaginar os estudos com a formação de outras línguas modernas. Também, sob o ponto de vista curricular, a grade é semelhante, sem referências expressas à universalidade da língua portuguesa, apresentando-se em uma estrutura aparentemente mais fechada e vinculada à língua, história, literatura e cultura de Portugal, com os seguintes módulos: língua portuguesa I e II, história e cultura portuguesa I, periodização da literatura portuguesa I e II, português como segunda língua I e II, português como terceira língua I e II e modelos literários da ilustração europeia (USAL, 2000:3-4).

No quadro a seguir observa-se o desenvolvimento dos módulos em disciplinas ministradas ao longo dos 4 anos de formação, e verifica-se, como o próprio nome do título formativo indica, uma leitura mais ampla da diversidade da língua portuguesa e da cultura dos povos lusófonos, de forma que também se contemplam, entre outras, as literaturas africanas e o português do Brasil, a história e a cultura brasileiras, a literatura brasileira e as obras de arte, ainda que ministradas, majoritariamente, por professores visitantes.

1º y 2º CURSOS		
MÓDULOS	MATERIAS	TIPO de MATERIA
Módulo 1: Lengua, Literatura y Cultura 1 48 ECTS	30 Lengua 1 (Latín, Lengua Portuguesa I-IV)	Obligatoria
	18 Literatura y Cultura 1	Obligatoria
Módulo 2: Formación filológica 60 ECTS	12 Lengua y Literatura Española	Formación básica
	6 Lingüística General	Formación básica
	6 Teoría de la Literatura	Formación básica
	24 Lengua, Literatura y Cultura 2	Formación básica
	12 Catálogo Común de Optativas de Facultad	Optativa
Módulo 3: Formación transversal / 12 ECTS	6 Transversal 1 6 Transversal 2	Formación básica

3º y 4º CURSOS				
Módulo 1: Lengua, Literatura y Cultura 1 96 ECTS			Módulo 4: Complemento optativo 12 ECTS	
Materia	Materia	Materia	Materia	Materia
Lengua portuguesa	Lingüística portuguesa	Literatura y cultura lusófonas	Complemento de formación en estudios lingüísticos	Complemento de formación en estudios literarios y culturales
12 ECTS	30 ECTS	54 ECTS	Optar por: 12 ECTS	Ofertados: 30 ECTS
Asignaturas	Asignaturas	Asignaturas	Asignaturas	Asignaturas
Obligatorias	Obligatorias	Obligatorias	Optativas	Optativas
6 Lengua portuguesa V 6 El portugués de Brasil	6 Lingüística diacrónica portuguesa I 6 Lingüística diacrónica portuguesa II 6 Lingüística sincrónica portuguesa 6 Lingüística contrastiva del portugués y español 6 Didáctica de la lengua portuguesa	6 Clásicos de la literatura portuguesa I 6 Clásicos de la literatura portuguesa II 6 Clásicos de la literatura brasileña 6 Literaturas africanas de lengua portuguesa 6 Literatura portuguesa y otras artes 6 Literatura brasileña y otras artes 6 Literatura comparada portuguesa y española 6 Historia y cultura portuguesa II 6 Historia y cultura brasileña	3 Fonética y fonología de la lengua portuguesa 3 Variedades de la lengua portuguesa 3 Traducción de textos literarios pt/es 3 Introducción a la lingüística románica	3 Literatura gallega actual 3 Historia y cultura gallegas 3 Culturas en contacto en la expansión portuguesa 3 Vanguardias y neovanguardias en Portugal y Brasil 3 Introducción a la literatura románica

Grade curricular desenvolvida, Universidad de Salamanca (USAL:2010)

Contudo, tal como se afirmou anteriormente, as estruturas formativas do título de *graduado* ainda são muito recentes e, provavelmente, ao longo dos próximos anos, darão lugar a revisões que possam reforçar seus pontos fortes e solucionar aqueles mais frágeis, visando a um enfoque mais diversificado quanto às várias vertentes lusófonas, principalmente no que diz respeito às disciplinas de literatura e cultura brasileira e dos países africanos de expressão em língua portuguesa que ainda não estão expressamente fixadas no currículo prescrito.

Outro aspecto a destacar é o fato de que estas disciplinas sejam ministradas na Universidad de Salamanca por colaboradores visitantes, o que tem, ao mesmo tempo, aspectos negativos e positivos. Por um lado, a colaboração externa pode ter efeitos negativos a médio-longo prazo se se realiza exclusivamente em estâncias muito curtas, o que suporia certo risco à continuidade de tais estudos e, portanto, para assegurar seu desenvolvimento no futuro, convém fixá-los e prever, paralelamente, a possibilidade de assimilar os colaboradores no quadro docente da

própria universidade ou estabelecer cátedras e convênios de longa duração. E, por outro, pode considerar-se muito positiva quando se unem sinergias, projetando uma imagem institucional em um contexto mais amplo, para além das próprias fronteiras nacionais, o que denotaria boa capacidade do centro para estabelecer parcerias e convênios de colaboração com benefícios que incidem na qualidade da educação, tal como se tratará a seguir, com mais exemplos concretos.

Laços internacionais a partir da colaboração com instituições públicas para a promoção da lusofonia

A Faculdade de Filologia da Universidad de Salamanca atualmente mantém convênios de colaboração com as Universidades de Coimbra (com a qual forma o Centro de Estudos Ibéricos), Nova de Lisboa, Beira Interior, Minho, Évora, Lusíada, Autónoma de Lisboa "Luís de Camões", Internacional de Figueira da Foz; e com os institutos Camões, Politécnico de Bragança, Português de Estudos Superiores, Politécnico de Castelo Branco, Politécnico de Viseu, Superior da Maia, Estudos Superiores de Fafe, entre outras.

Quanto às atividades de pesquisa e cooperação desenvolvidas, cabe destacar o convênio estabelecido entre o Ministerio de Educación Cultura y Deporte da Espanha e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do governo brasileiro, para a organização de seminários sobre relações linguístico-literárias e culturais entre a Península Ibérica e o Brasil.

Igualmente destacável é o empenho do Centro de Estudios Brasileños da Universidad de Salamanca no âmbito de sua colaboração com a Embaixada do Brasil em Madri, para coordenar e promover atividades de docência e pesquisa sobre a realidade brasileira e para divulgar aspectos culturais, demográficos, políticos, sociais e econômicos; para tanto, conta paralelamente com o apoio da Fundación Cultural Hispano-Brasileña, que tem sido nos últimos anos a principal fonte de financiamento de suas atividades.

Quanto à Universidad de Extremadura, também existem experiências bem sucedidas que se vinculam diretamente à área e à *licenciatura de filología portuguesa*, entre elas se destaca a criação da Sociedad Extremeña de Estudios Portugueses y de la Lusofonía (SEEPLU). Trata-se de uma sociedade sem fins lucrativos, fundada em 2002 por alguns docentes e pesquisadores da Área de Filologia Portuguesa da Universidad de Extremadura para o desenvolvimento de ações científicas, docentes e culturais com vista à difusão e compreensão das diversas formas de expressão da lusofonia no mundo.

Em boa medida a criação desta sociedade também se deve ao empenho de outros dois centros: o

Centro de Estudios Gallegos (CEG) e o Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões (CLP/IC), este último vem colaborando com a Área de Filologia Galega e Portuguesa da Universidad de Extremadura, mais especialmente desde o ano 2000, que marca a fundação do Centro de Estudos Portugueses da Universidad de Extremadura, no qual se vem realizando diversas atividades, como cursos, encontros e, anualmente, os exames oficiais de Certificação de Língua Portuguesa (CAPLE).

De fato, uma das iniciativas mais importantes para a difusão da língua portuguesa na Espanha e que merece, sem dúvida, destaque nesta análise, é a que se veio estabelecendo entre várias universidades espanholas em colaboração com o Instituto Camões, cujos esforços, apesar das dificuldades em decorrência da crise econômica atual, levaram à criação de: 2 cátedras universitárias, a "Cátedra de estudos portugueses" na Universidad de Salamanca (2006), e a "Cátedra José Saramago" na Universidad de Autónoma de Barcelona (2007); 4 centros de língua portuguesa (CLP), presentes atualmente na Universitat Autònoma de Barcelona (2001), na Universidad de Extremadura (2004), na Universidad Autónoma de Madrid (2005), e no Centro Cultural Português de Vigo (2003), este último promovido igualmente pelo Instituto e inaugurado em 1998; vários programas de bolsas para cursos de português de verão e anuais, bolsas para a realização de pesquisas, e os programas especiais Pessoa, Vieira, Fernando Mendes Pinto, Instituto Camões/Fundação Eça de Queiroz, além das bolsas em convênio com a Comissão Fulbright; programas de leitorado e ações no ensino superior junto à Universitat Autònoma de Barcelona, Universidad de Cáceres, Universitat Jaume I, Universidad de A Coruña, Universidad de Girona, Universidad de Granada, Universidad de León, Universidad Autónoma de Madrid, Universidad de Oviedo, Universidad de Islas Baleares, Universidad de Santiago de Compostela, Universitat de València e Universidade de Vigo.

Quanto às iniciativas do governo brasileiro, além do referido convênio com a Universidad de Salamanca, a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desenvolvem, desde 1999, um programa de leitorado para a divulgação da cultura brasileira em instituições universitárias em todo o mundo. Na Espanha, a CAPES também mantêm vários programas de intercâmbio com a Fundación Carolina e a Dirección General de Universidades (DGU) do Ministerio de Educación y Ciencia, mediante os quais apoia projetos conjuntos de pesquisa e de cooperação científica das instituições de ensino superior do Brasil e da Espanha, que promovam a formação em nível de pós-graduação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, cujo destino mais frequente tem sido a Universitat de Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Universitat de València, Universidad de Sevilla, Universidad Autónoma de Madrid, Universidad Complutense de

Madrid, Universidad de Salamanca.

Formação do professorado de educação secundária na especialidade de filologia portuguesa

Após o estudo da formação de graduação (chamada primer ciclo) o alunado universitário que pretenda exercer a docência em todo o território espanhol, desde o ano letivo 2009-2010, deve cursar uma pós-graduação em nível de mestrado (segundo ciclo), denominada Master Universitario en Formación del Profesorado de Educación Secundaria Obligatoria y Bachillerato, Formación Profesional, Enseñanza de Idiomas y Enseñanzas deportivas.

Este título também surge em consonância com as reformas do EEES, em um contexto de grande descontentamento social marcado em grande medida por uma crise econômica sem precedentes neste século e, em contrapartida, pelo sentido crítico e de desconfiança na política educativa, especialmente entre o meio acadêmico, onde se tornou alvo de manifestações estudantis e críticas a sua apressurada implantação, na qual sentiam a falta de informação e coordenação entre a administração-universidade-comunidade acadêmica, deficiências no planejamento e na concreção dos programas, e viam negativamente, por outro lado, como alguns departamentos universitários defendiam seus próprios interesses de forma corporativa, disputando entre si e questionando-se a competência para ministrar esta formação.

No entanto, muito antes da efetiva implantação deste título, a formação pedagógica na Espanha já vinha arrastando um lastro de grandes deficiências estruturais e organizativas que pode remontar-se ao seu início nos anos 70, em grande medida pela falta de consenso político-educativo no estabelecimento e aplicação da respectiva legislação, ainda que o objetivo sempre tenha sido o mesmo: preparar os professores em aptidões imprescindíveis para o bom desempenho docente como o domínio de conhecimentos relativos aos processos de interação social e comunicação no âmbito educativo, adquirir experiência na docência, métodos de avaliação e planejamento, assim como no desenvolvimento dos conteúdos da especialidade e, um aspecto de especial relevância no que diz respeito a esta pesquisa, domínio de técnicas de expressão oral e escrita, para que os professores possam enfrentar o dia-a-dia de um centro educativo.

Assim, a partir do desafio que supõe a implantação em 2009-2010 do *Master en Profesor de Educación Secundaria* na especialidade de português, e para dar continuidade aos estudos da carreira de *Graduado em estudios portugueses y brasileños* da Universidad de Salamanca, e *Graduado en lenguas modernas – portugués*, da Universidad de Extremadura, criaram-se pela primeira vez, nestas mesmas universidades, os dois únicos cursos para a formação específica de

professores de português na Espanha. Contudo, considerando-se que os dados relativos a esta etapa formativa também são muito recentes e a ênfase da presente pesquisa recai sobre a formação superior de graduação em português, reserva-se para outro momento a análise específica do mestrado na especialidade.

À guisa de conclusões gerais e perspectivas de futuro

Dado que vivemos uma crise econômica e social – que, como bem se sabe e assim vaticinam os especialistas, vai ser muito dura (dura e duradoura) –, convém preparar-se para o futuro, já que, sob o ponto de vista econômico, esta crise se concreta no trabalho (ou, melhor dito, em sua perda). Contudo, se este quadro crítico também marca, por um lado, um período de mudanças e transformação que arrojaria muitos profissionais a um mercado que parece não estar disposto a aceitar a falta de "preparação técnica" para o exercício de uma profissão que requer muita disciplina e responsabilidade; por outro lado, já não basta ter vocação, nem sequer basta "ser professor", mas também se faz necessário, entre outras coisas, formar-se continuamente, além de "estar" refletindo e questionando-se sempre sobre os resultados da atuação docente. O que põe em jogo estas duas dimensões que às vezes pode ser tão complicado traduzir em alguns idiomas: o ser e o estar. Assim, uma coisa seria ser professor e poder exercer a docência, e outra, muito diferente, seria poder manter-se ativo em um novo mercado, especialmente quando se ressalta, nas matérias a lecionar, o pouco interesse entre a comunidade acadêmica e a administração público-educativa. Somam-se a este quadro as reformas no sistema educativo universitário, e especialmente aquelas decorrentes da aplicação do Plano Bolonha no currículo de língua e literatura estrangeiras, exigindo dos professores mais flexibilidade e capacidade de adaptação a novos padrões de ensino.

Neste sentido, foi possível observar que, a despeito do grande empenho na divulgação da língua e cultura dos países lusófonos, através de algumas universidades espanholas, representações governamentais no estrangeiro e instituições criadas para tal fim, e mesmo após o crescente interesse no estabelecimento de relações entre Espanha e Portugal – como países vizinhos e membros da mesma comunidade – e também entre os demais países lusófonos, pelo interesse da parte do público espanhol recém-titulado – que, em decorrência da atual conjuntura econômica, vê o Brasil, especialmente, como um dos principais destinos para uma possível saída laboral –, a formação universitária equivalente à carreira de letras na especialidade de língua portuguesa continua tendo pouco espaço no país vizinho, o que também se vem agravando pela carência de opções de formação superior na área assim como de materiais formativos, recursos e inclusive profissionais preparados para o ensino específico de português como segunda língua. Mesmo com a criação do *Master Universitario en Formación del Profesorado de Educación*

Secundaria, ainda hoje muitos professores têm acesso à carreira docente sem uma adquada formação pedagógica na área de português. De fato, tal como se indicou, são escassos os centros universitários espanhóis que oferecem hoje, entre suas especialidades, a titulação de língua portuguesa e literatura dos países de expressão em língua portuguesa – existe apenas em dois centros: Universidad de Salamanca e Universidad de Extremadura –.

Por outro lado, tanto no Brasil como em Portugal, o espanhol, junto com o inglês, ocupa um lugar privilegiado entre as opções de ensino de línguas estrangeiras modernas, tanto no âmbito universitário como fora do mesmo. Pena que, diante de tal constatação, não haja reciprocidade direta na Espanha quanto ao interesse e oferta formativa no âmbito da língua portuguesa, o segundo idioma latino mais falado na atualidade – e inclusive com muitos mais falantes que o italiano, o francês ou o alemão – e que conta com, aproximadamente, duzentos e setenta milhões de falantes nos cinco continentes do mundo, sendo idioma oficial em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Oriental. Devido a tal amplitude, nada mais oportuno que se contemple a língua portuguesa em suas devidas proporções no ensino universitário, cabendo ressaltar que na própria raiz da palavra universidade, também incide a mesma dimensão multicultural, "universal", de modo que desprezar a contribuição destes povos, e especialmente de suas formas de expressão e comunicação, seria obviar uma parte muito importante do conhecimento humano.

Daí a importância trazer à tona esta discussão que, ao mesmo tempo, serve de apelo a uma consideração de reciprocidade e justiça, assim como a uma visão mais ampla do futuro, na qual se procure repensar as aspirações educativas e inclusive as identidades culturais, em cujo processo de formação a universidade também desempenha um papel muito importante.

Bibliografia

EFE e EL PAÍS (2009). "Medio centenar de carreras tienen vacante el 40% de las nuevas plazas". In: *El País, Sección Sociedad*, 09/02/2009, p. 35.

FIORIN, J. L. (2006). "A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa linguística universitária". In: *Línguas & Letras*, v. 7, n. 12, 1º sem., São Paulo: 2006. Retirado em junho 24, 2012 de http:// www.unioeste.br/saber.

GUTIÉRREZ-GONZÁLEZ, J. M. (2011). "La formación inicial del profesorado de secundaria. Del CAP al Master". In: *Revista Participación Educativa*, nº 17. Madri: Consejo Escolar del Estado / Ministerio Educación, pp. 96-107.

HERLES, F. M. (2009). "The 100 most spoken languages on the world", In: *World's Observatory*.

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN (2008). *Instrumentos de la Nueva Diplomacia Pública Española*. Madri: V Conferencia de Embajadores de España. Retirado em junho 14, 2012 de http://www.exteriores.gob.es/es/MenuPpal/Actualidad/PublicacionesDGCE/Documents/LIBRO%20INSTRUMENTOS%20DE%20LA%20NUEVA%20DIPLOMACIA%20P%C3%9ABLICA%20ESPA%C3%91OLA.pdf

MINISTERIO DE CIENCIA E INNOVACIÓN (2008). *Estudio de la Oferta, la demanda y la matrícula de nuevo ingreso en las universidades públicas y privadas*. *Curso 2007-2008*. Madri. Retirado em junho 24, 2012 de http://www.cpihts.com/Nova%20pasta/20090414elpepisoc_1_Pes_PDF.pdf

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE (2008). *Número total de estudiantes matriculados en 1er e 2º ciclo, por tipo de universidad, tipo de centro ciclo y rama de enseñanza*. *Curso 2007-2008*. Madri. Retirado em junho 24, 2012 de http://www.educacion.gob.es/dctm/ministerio/educacion/universidades/estadisticas-informes/estadisticas/alumnado-07-08/2011-capitulo-1.pdf?documentId=0901e72b8082da7b

MORENO, I. (2009). "La Universidad, el Mercado y Bolonia". In: *Le Monde Diplomatique*, edição em espanhol, nº 159.

SACRISTÁN, J. G. (1988). *El curriculum: una reflexión sobre la práctica*. Madri: Morata.

SANTOS, J. B. (2011). "Soy profesor... ¿y ahora qué?" In: *Asa Branca, revista científica*. Gandía: Centro Internacional de Gandía / Espacio de la cultura brasileña, Universitat de València. Retirado em junho 24, 2012 de http://www.uv.es/asabranca/encontre/santos.pdf

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2000). *Informe de enseñanza del Programa Institucional de Calidad de la Universidad de Salamanca*. Salamanca. Retirado em junho 24, 2012 de http://qualitas.usal.es/PDF/2b2470c62f0be76d00c446c1d458fb06.pdf

_____ (2010) *Plano Estudios Portugueses y Brasileños 2010-2011 de la Universidad de Salamanca*. Retirado em junho 24, 2012 de http://www.filologiaportuguesa.es/plan2.asp?cod=8

UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA (2009). *Distribución del plan de estudios en créditos ECTS por tipo de matéria*, pp. 40-41. Retirado em junho 24, 2012, de http://www.unex.es/conoce-la-uex/estructura-academica/centros/fyl/archivos/planes_estudio/extensos/0431.pdf